



O Papel do arquivo na preservação da memória e na construção de cidadania: apresentação de um caso de estudo

Luísa Alvim

CIDEHUS-Universidade de Évora, Portugal luisa.alvim@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho pretende mostrar como o arquivo público pode ser utilizado pela sociedade civil para compreender as ações de cidadãos em prol da comunidade e para construir a história de cidadania numa região. A metodologia utilizada é o caso de estudo – observação dos panfletos de José de Araújo Carvalho - preservados no repositório digital no Arquivo Municipal Alberto Sampaio, Município de V. N. de Famalicão. O caso diz respeito a este famalicense (1866-1945) com uma peculiar intervenção cidadã na sua região. Faz-se a análise da informação nos documentos do arquivo e a sua discussão. Nas considerações finais, reafirma-se a importância do património documental preservado nos arquivos públicos, especialmente deste caso, suporte da memória, das ações e decisões de um homem determinante para a história da cidadania no concelho de V.N. de Famalicão.

Palavras-chave: Cidadania, Arquivos, Vila Nova de Famalicão, Panfletos.

The Role of the archive in the preservation of the memory and in the construction of citizenship: presentation of a case study

Abstract:

This paper aims to reveal how the public archive can be used by civil society to understand the actions of citizens in favor of the community and to build the history of citizenship in a region. The methodology used is the case of study - observation of the pamphlets of José de Araújo Carvalho - preserved in the digital repository in the Municipal Archive Alberto Sampaio, Municipality of V. N. de Famalicão. The case concerns to this famalicense (1866-1945) with a peculiar citizen intervention in its region. It is analyzed and discussed the information in the archive documents. In the final considerations we reaffirm the importance of the documentary heritage preserved

in the public archives, especially in this case, support of the memory, actions and decisions of a man who determines the history of citizenship in the city of V.N. de Famalicão.

Keywords: Citizenship, Archives, Vila Nova de Famalicão, Pamphlets.

Introdução

Os arquivos são organizações fundamentais para o mundo contemporâneo, para além de auxiliarem as atividades administrativas das organizações e dos indivíduos, permitem escrever a história da atividade social do cidadão comum na sociedade coletiva. Este trabalho pretende apresentar como o arquivo pode ser utilizado pela sociedade civil para compreender a ação do cidadão, para construir a história da cidadania e a preservação da memória coletiva (Mattos & Vignoli, 2013). Refere-se cidadania como a prática de deveres, direitos civis e políticos de um indivíduo na sociedade.

As provas documentais de paradigmas de cidadania são fundamentais na preservação da memória local, o arquivo não é apenas o lugar físico, mas também a possibilidade de preservação digital dessas provas documentais (Henriques, 2017).

O presente trabalho pretende dar a conhecer e discutir um caso único e bastante incomum do ponto de vista documental e de intervenção social, que surgiu nos anos 20 a 40 do século XX, no concelho de Vila Nova de Famalicão, cujo arquivo municipal e biblioteca são fiadores desta memória disponibilizando nos seus repositórios digitais este património documental, confirmando o valor dos mesmos e elevando estas instituições a testemunhas do direito à cidadania.

O património documental a que nos referimos diz respeito a uma coleção de panfletos cuja autoria foi José de Araújo Carvalho (JAC). O panfleto foi o meio de ação, para tornar acessível à comunidade local, questões consideradas cruciais, por esta personalidade, para se viver a cidadania em pleno. Para este indivíduo a forma de protestar, se admirar, de se interrogar, de se indignar e de intervir eram registadas no documento gráfico – panfleto – e distribuídos pela população, nos dias de feira em Vila Nova de Famalicão. Chegou a ter assalariados para a tarefa de distribuição e ele próprio distribuía-os.

As competências sociais que este indivíduo possuía dizem respeito ao modo de cooperar e de intervir no debate público construindo identidade, valorizando a

cultura e definindo regras para a convivência harmoniosa em sociedade (Henriques, 2017). O Arquivo Municipal Alberto Sampaio enquadra e dissemina um conjunto de documentos que possui no repositório digital que se destaca pelo seu valor documental e pelo seu interesse para a história da cidadania no concelho (Alvim, 2018).

Metodologia

O estudo de caso envolve os documentos produzidos por um cidadão famalicense - José de Araújo Carvalho (1866-1945), emigrado no Brasil que regressou enriquecido a Portugal e que teve uma peculiar intervenção cidadã, distribuindo panfletos pela população de V.N. Famalicão, que surpreende pela profundidade e atualidade como aborda a cidadania.

Do ponto de vista documental, trata-se de uma coleção de panfletos impressos, em suporte papel, de autoria deste homem peculiar, que foram destinados à distribuição gratuita pela população do concelho referido. Do ponto de vista social, são documentos de intervenção cidadã, cujo autor era um indivíduo comum e pouco letrado, mas cujas ideias de intervenção social nos deixam surpresos pela profundidade e atualidade como as aborda e como ele intervém na comunidade enquanto cidadão (Alvim, 2006b).

Foi realizada uma abordagem qualitativa que começou pelo levantamento dos múltiplos panfletos do autor referenciado nos repositórios digitais do Arquivo Municipal Alberto Sampaio e da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, instituições do município de V. N. Famalicão. Estes repositórios possuem uma coleção de panfletos que é um bom exemplo de como o documento gráfico se pode tornar numa metáfora de intervenção cidadã.

Feito este levantamento, procedeu-se a uma primeira seleção de fontes e referências bibliográficas, artigos de revistas e da imprensa local e outras referências, relacionadas direta ou indiretamente com as áreas da *cidadania* e de *intervenção cidadã* que podem dar uma perspetiva global e compreensível desta realidade na região. No que respeita ao domínio do património arquivístico foi realizada uma revisão bibliográfica.

A recolha de dados foi efetuada pela observação de documentos e de seguida fez-se a sua análise e interpretação. A análise dos dados pretendeu dar significado às primeiras impressões recolhidas através da leitura dos dados biográficos desta individualidade. Analisou-se os documentos impressos e a sua relação com a história

de vida do autor, avaliando a sua intervenção cidadã e triangulando(Yin, 1994) com a leitura de notícias na imprensa periódica da região.

Todos os panfletos estão conservados e digitalizados nos repositórios digitais, nomeadamente, três panfletos no arquivo municipal, que pertencem ao Fundo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão, oferecidos pelo autor dos panfletos a esta associação, como é documentado numa carta de 25 de janeiro de 1930. Podem ser consultados no repositório online do arquivoⁱ. Os panfletos depositados na biblioteca municipal, uma coleção de 24 panfletos, foram recolhidos e preservados pelo historiador Vasco de Carvalho (1888-1961) e encontram-se disponíveis na Biblioteca Digital Vasco de Carvalhoⁱⁱ(Alvim, 2006a).

Resultados/Discussão

Os panfletos são um excelente meio de divulgação,de fácil manuseio e de baixo custo. Estes panfletos de JAC atingiram um enorme público no seu concelho, não só pela quantidade de exemplares impressos, como o número de panfletos reimpressos com pequenas alterações nos conteúdos.

O suporte físico destes panfletos é o papel. Neles constam uma enumeração de pensamentos, por vezes sem ligação de conteúdo entre eles, mas ligadas entre si por travessões a separar a palavra-conceito. A linguagem que é empregada tem características telegráficas, com erros ortográficos e utilizando-se o mínimo de palavras para transmitir uma mensagem mais profunda. Todos os panfletos estão numerados, e em cada um, todas as frases, também, são numeradas. Os panfletos, em termos de dimensão de conteúdo possuem cinco frases e os maiores atingem as trezentas e dezoito. O panfleto com a numeração mais alta que existe nos repositórios é o 499, de 1941. As dimensões físicas variam entre os 12 centímetros e um metro e 12 centímetros.Todos os panfletos têm indicado o local, Travassos (na freguesia de Louro, V. N. de Famalicão), hora, minutos, ano, dia, mês, o dia da semana e o Santo do dia em que foram escritos. Quanto à indicação do impressor, quantidade e custo da impressão (cerca de 1000 exemplares para cada número) são mencionados para que nenhuma tipografia da região enganasse JAC com os orçamentos. Eram impressos em V. N. Famalicão ou na cidade do Porto. O autor utilizou a reimpressão dos panfletos, acrescentando dedicatórias e explicações. Veja-se o caso do Panfleto 1, datado de 1917 e reimpresso em 1936.

JAC encarou a tarefa de divulgação dos seus panfletos como uma missão

importante na sua terra natal. Pretendeu alertar e educar os seus concidadãos através de pensamentos e de orientações morais impressos nos panfletos.

José de Araújo Carvalho, conhecido por Carvalho de Travassos, era natural da freguesia do Louroⁱⁱⁱ, lugar de Travassos (V.N. de Famalicão). Nasceu a 19 fevereiro de 1866, filho de António de Araújo Carvalho e de Albina Rosa de Sá, trabalhadores rurais, na mesma freguesia. Teve uma infância pobre, até aos 13 anos, guardou gado até emigrar para o Brasil, em 1879^{iv}. O movimento emigratório foi muito significativo, na região do Alto Minho, com muitas saídas de membros de famílias. A emigração para o Brasil e respetivo retorno teve em Famalicão um foco muito ativo e marcou profundamente o concelho, no século XIX (Lages, 1999).

JAC trabalhou no comércio nas cidades do Rio de Janeiro e de S. Paulo. Criou, mais tarde, a sua própria empresa dedicada ao comércio de sabões e vinho. Consolidou o negócio com a criação da empresa “Vinhos Carvalho”, que importava em exclusivo vinhos do Alto Douro, tornando-se no maior empresário de S. Paulo, neste ramo. Desenvolveu os seus negócios e aumentou a fortuna, casando com Maria das Dores Alves Guimarães, natural de S. Paulo, em 1905 (Notícias de Famalicão, 17 março 1945). No ano de 1910, JAC regressou a Portugal com uma grande fortuna que o leva a adquirir terras e imóveis e a ajudar várias instituições sociais.

Custeou a construção de escolas, fez doações à Santa Casa da Misericórdia e ao hospital, doou apoio monetário para a criação da Creche-Mãe, reconstruiu e conservou património civil e religioso (impulsionou a romaria Santo do Monte (*Notícias de Famalicão*, 7 abril 1945) e auxiliou a Igreja Matriz da freguesia de Louro.

A consciência de cidadania, traduzida em múltiplos atos de intervenção, emerge nos panfletos e nas frases sobre a distribuição de dinheiro e de bens que deveria existir na sociedade, como pode observar-se no Panfleto 422 (figura 1), em que afirma o “valor duns bens pra todos”.

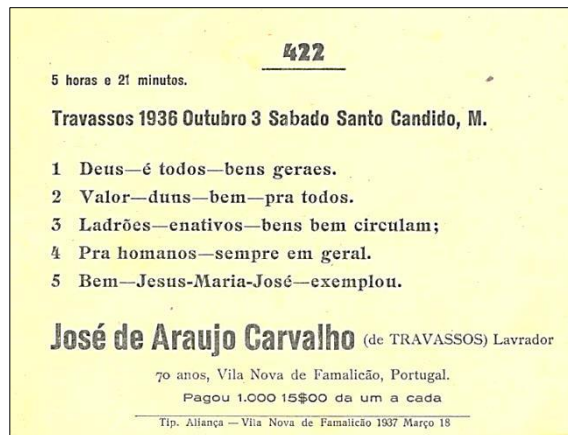


Figura 1: Panfleto 422. Fonte: PT/BMCCB/EVC.03341

JAC foi um verdadeiro *brasileiro torna-viagens*, dedicando-se em Portugal, não só a engrandecer a sua fortuna, mas também a causas filantrópicas e sociais, desde a doação de alimentos, empréstimo de casas de habitação, criação de postos de trabalho, disponibilização aos desfavorecidos de uma pipa de aguardente, como meio de combater a pneumónica, em 1918, entre outras causas (*Notícias de Famalicão*, 17 março 1945). Veja-se esta prática solidária enunciada no Panfleto 479 (PT/BMCCB/EVC.03350) “Alma amparo a respeito [dos] desalmados. Caba nos[Cabe-nos] pobre neste mundo. Alma rica em todos os tempos”.

Uma nova dimensão de liberdade começa pela aprendizagem do ser cidadão, com a participação direta ou indireta na *res publica*, com a intervenção cívica, ativa e polémica em várias manifestações como agente do novo corpo cívico(Henriques, 2017). Prontamente, o autor destes panfletos pretendeu protestar contra qualquer abuso de que foi vítima (um roubo, uma injustiça) e “castigar os maus”, assim como, afirmativamente cantar a “virtude” e estimular o sentimento patriótico.

Os panfletos tornaram-se objetos de discussão pública e de reflexão, onde o autor manifestou opiniões, ideias e sonhos que pretendeu que fossem geradores de mudança na sociedade. JAC recusou-se a ver os seus compatriotas como súbditos mas como cidadãos, não compreendeu o seu país como uma *pátria*, mas sim como um *património*(Soromenho- Marques, 1996).O gosto pela intervenção social e pela manifestação pública foi um ato arrojado e excêntrico, não só por o autor viver numa vila de pequenas dimensões e num concelho ainda muito rural, na primeira metade do século XX, como foi um ato único não muito habitual na sua condição social, não sendo ele nenhum político, artista ou intelectual, como corroborado na imprensa local (*Estrela do Minho*, 3 março 1946).

A cidadania exige um compromisso do cidadão para responder aos novos desafios com que se confronta, exige pessoas responsáveis e solidárias. No Panfleto 392 (figura 2), de 19 de setembro 1936 e no Panfleto 424 (figura 3) JAC defendeu um comportamento benévolo e cívico na sociedade, a exemplo de personagens bíblicas. A cultura da tolerância foi defendida como essencial para a vida e para a coexistência pacífica. JAC está também consciente dos direitos e deveres quanto à intervenção do governo na comunidade, referindo a necessidade de um governo com “freio” e com comportamentos de “bem economizar”.

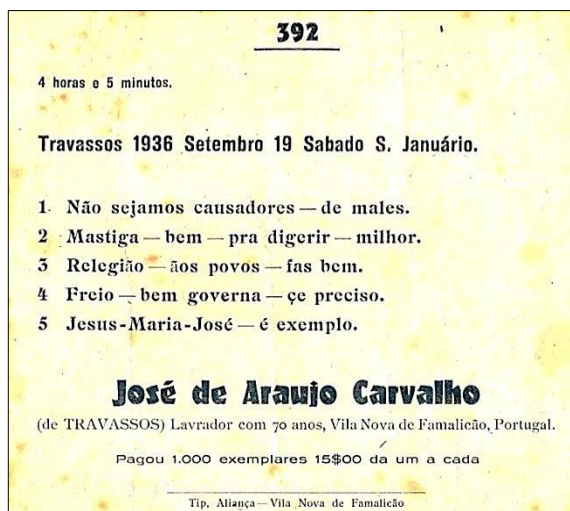


Figura 2: Panfleto 392. Fonte: PT/BMCCB/EVC.03334

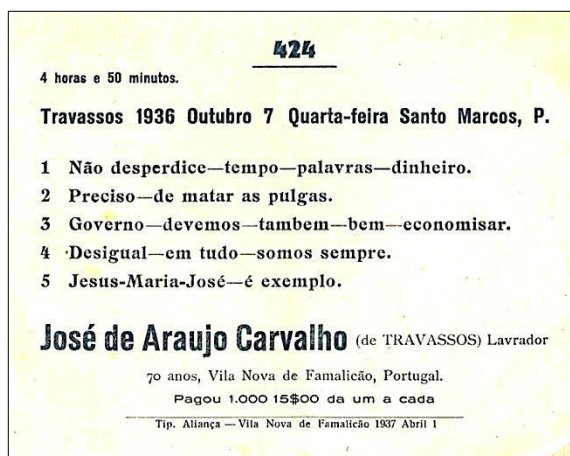


Figura 3: Panfleto 424. Fonte: PT/BMCCB/EVC.03343

No Panfleto 417 (figura 4), impresso no dia 14 de fevereiro, dia de S. Valentim, o autor dirige-se à sociedade para que não pratique a guerra e que humanize as barbaridades dos humanos: “Como destruir a guerra???”; “Homanos homanizem todos os barbaros”.

Devido ao seu prestígio, foi convidado para certos lugares políticos, tendo sido

senador, durante a presidência de Júlio Araújo, na Câmara Municipal de V.N. de Famalicão, entre 1919-1921. Empenhou-se nas várias eleições, que na época aconteceram, incentivando os populares a votar e disponibilizando transporte, para deslocar indivíduos da freguesia do Louro às urnas, em Vila Nova de Famalicão, prometendo a quem fosse votar, almoços e jantares e viagens pelo Minho. Participou na vida social e política, sem nunca ter obtido títulos nobiliárquicos, como muitos dos seus conterrâneos. O exercício do direito a participar na vida política e no destino da sociedade, foi um dos seus serviços à comunidade, veja-se a frase “Portugal, governo é bem nosso. Precisamos mais fazer bem melhor” (Panfleto 418/PT/BMCCB/EVC.03340).

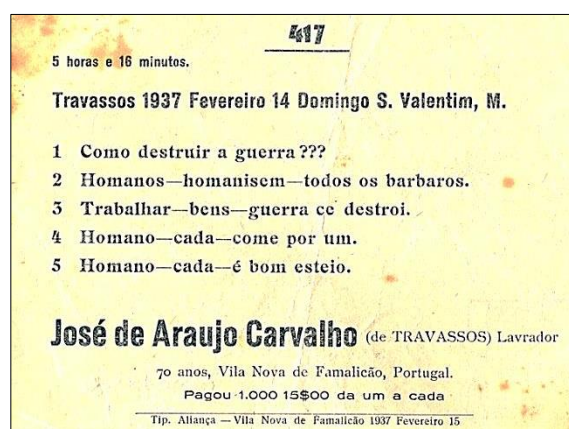


Figura 4: Panfleto 417. Fonte: PT/BMCCB/EVC.03339

A maior parte dos emigrantes de retorno, ao integrarem-se na vida das instituições públicas e particulares, denotam comportamentos sociais de afirmação e necessidade de liderar processos. JAC distinguiu-se e afirmou-se na sociedade local, não como parte integrante de uma classe burguesa, mas com uma vivência e forma de estar singular na vida quotidiana. A criação e impressão dos folhetos panfletários, ao estilo de manifestos e sua distribuição pela população, a forma de se vestir, tudo isto marcou pela diferença a sociedade famalicense (*Notícias de Famalicão*, 17 março 1945).

Outro tema dos panfletos é o direito à propriedade privada e a manifestação contra o facto de não ter sido consultado para autorização da passagem aérea da linha elétrica nos seus terrenos. No panfleto 418 (figura 5), precede as frases de JAC, um ofício que enviou à Sociedade Cooperativa do Vale do Este para protestar contra esta situação, envolvendo também um seu vizinho, com quem se solidariza nesta causa.

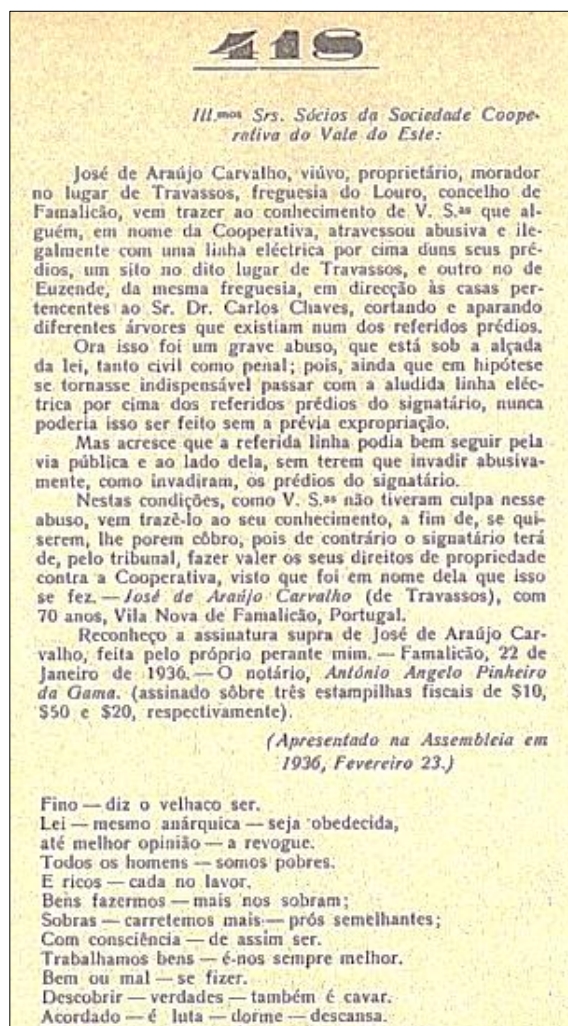


Figura 5: Panfleto 418. Fonte: PT/BMCCB/EVC.03340

Os jornais locais *Estrela do Minho*, na voz do seu diretor José Casimiro da Silva, (*Estrela do Minho*, 11 março 1945) e no *Notícias de Famalicão* (2 março 1946) apelam às boas obras de beneficência que JAC procedeu em Famalicão, defendendo uma personalidade diferente, retratando-o como possuidor de duas facetas distintas, uma de homem urbano, atencioso, educado e bom administrador dos seus bens, e uma outra mais excêntrica, enigmática patente nos seus panfletos. Era um defensor do trabalho, argumentando que este é um direito que faria terminar a necessidade de furtar na sociedade (Panfleto 394/ PT/BMCCB/EVC.03335).

Na figura 6 observa-se o Panfleto 164/2 que o autor enviou à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntário de Famalicão, juntamente com um ofício datado de janeiro de 1930. O autor perante a avultada soma monetária recolhida pelos bombeiros a favor das vítimas de um incêndio em Calendário (V.N. Famalicão),

aproveitou a ocasião para conceber este panfleto de orgulho e agradecimento pelas atividades humanitárias dos bombeiros, desejando aos mesmos uma vida repleta de humanidade: “Peço a Deus, mandar os bombeiros, apagar com amor, a separação”; “Ajudar os bombeiros a casar”.

O Panfleto 1 (figura 7) tem um texto que é uma cópia adaptada de um poema *Oração à árvore* do escritor e político Alberto Veiga Simões (1914). Pretende ser um manifesto em favor da natureza, da liberdade e de respeito pelas árvores. JAC teve também esta vertente ecológica e um papel educacional para a conservação da natureza, que pode ser observado igualmente no Panfleto 479 (PT/BMCCB/EVC.03350) que menciona “Bosque, Passarinhos, água, Pinga, Travassos”.

O jornalista famalicense, José Casimiro da Silva, relata que, nos últimos anos de vida, JAC deixou de escrever e publicar panfletos quando percebeu que a família o queria interditar e alegar que a excentricidade dos panfletos, a distribuição e o conteúdo por vezes ininteligível, dos mesmos, provariam a sua loucura e assim poderiam contestar a herança de toda a fortuna que JAC deixou à Santa Casa da Misericórdia (*Estrela do Minho*, 24 fevereiro 1946), porque não tinha filhos herdeiros. Os parentes, entre eles, a sua irmã, Ana Clara de Carvalho, instauraram um processo de interdição, tentando provar, através dos seus panfletos, falta de sanidade mental para que fosse interditado de administrar os seus bens. Em tribunal, JAC ganhou o processo, com o lema de que “o que é meu é dos pobres”. Após a sua morte, os seus parentes colocaram uma ação interposta contra a Santa Casa da Misericórdia, que decorreu em 14 audiências, onde testemunharam a favor de JAC muitas pessoas que com ele privaram e só tinham razões abonatórias a favor da sua personalidade.

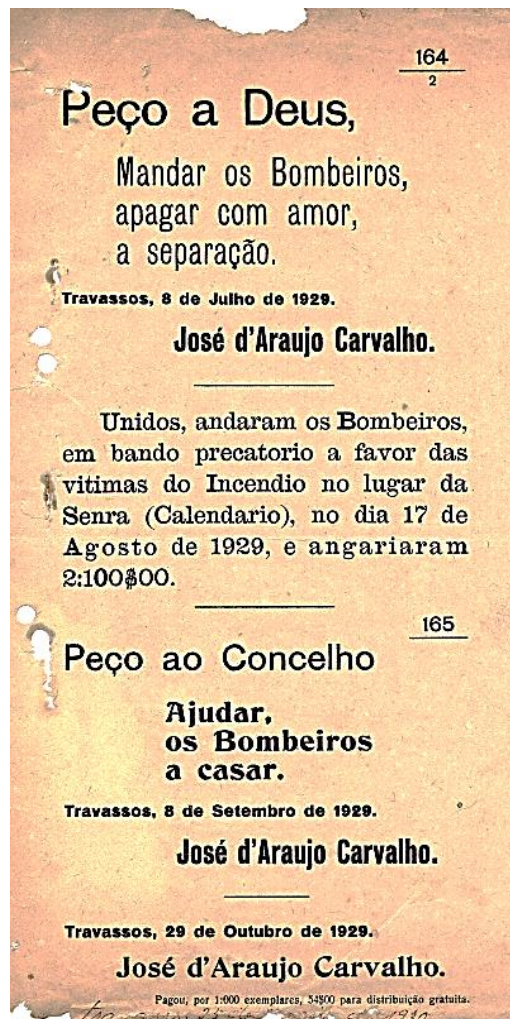


Figura 6: Panfleto 164/2 de José de Araújo Carvalho. Fonte: PT/MVNF/AHBVF/A-A/001/0005/000001

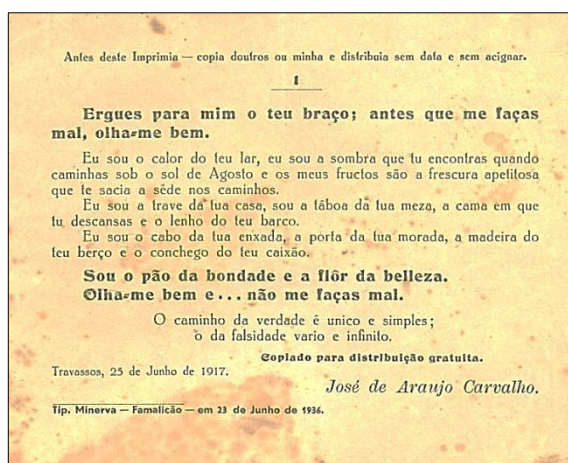


Figura 7: Panfleto 1. Fonte: PT/BMCCB/EVC.03330

Ao analisar os relatos que os dois jornais famalicenses fizeram dos julgamentos (*Estrela do Minho*, 3 fevereiro 1946; *Notícias de Famalicão*, 2 fevereiro 1946; *Notícias de Famalicão*, 16 março 1946b) percebe-se que esta questão apaixonou a opinião pública. A família acabou por desistir da ação, em Março de 1946, tomando a herança a Santa Casa da Misericórdia e cedendo à família uma parte dela (*Notícias de Famalicão*, 23 março 1946; *Estrela do Minho*, 17 março 1946).

Quando faleceu, a 7 de Março de 1945, os jornais (*Notícias de Famalicão*, 17 março 1945; *Estrela do Minho*, 11 março 1945) e a rádio noticiaram o acontecimento, afirmando que o funeral foi uma imponente manifestação de pesar, tendo-se incorporado toda a sociedade famalicense. O historiador Vasco de Carvalho refere na nota manuscrita nas bordas do recorte de jornal local que “o funeral foi uma vergonha para Vila Nova. Além da Meza do Hospital composta, que tomam parte no funeral com bandeiras e opas – e os 4 médicos - só da Vila assistiram, Amadeu e Arlindo Mesquita, Ernesto e Vasco de Carvalho – e mais ninguém. Muitíssima pouca gente do Louro, outros de freguesias vizinhas e de 6 Confrarias (ou 7)!. Uma vergonha. Vasco de Carvalho 18-3-1945. Teve 2 piquetes dos Voluntários e Famalicenses. Foi conduzido na carreta dos Famalicenses” (Carvalho, 1945).

Considerações finais

José de Araújo de Carvalho foi um homem que marcou, pela sua presença original, Vila Nova de Famalicão, na primeira metade do século XX. Demarcou-se pela forma diferente de estar em sociedade e pela configuração única que escolheu para exercer a sua ação, considerada pelo próprio como uma missão para alertar e educar o povo, seu concidadão, através de pensamentos e máximas que mandou imprimir, em panfletos e que distribuía pela vila. O carácter precário destes panfletos, desde o papel de fraca qualidade ao facto da sua distribuição ser gratuita e o não possuírem informações úteis, levou a que só determinadas individualidades de Vila Nova de Famalicão, como o investigador e historiador Vasco de Carvalho e uma instituição cívica, arquivassem e preservassem para a posteridade este tipo de documentos. O espólio deste historiador, integrado na biblioteca e, por outro lado, o fundo documental da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de V.N. de Famalicão, integrado no arquivo municipal, revelam a importância dos arquivos e dos repositórios digitais para a preservação do património documental, enquanto suportes da memória, das ações e das decisões de vida dos homens em sociedade. Neste caso que se apresentou, os repositórios digitais revelam, para além dos documentos, os atos de um

cidadão famalicense que se implicou na vida da sociedade tendo interiorizado os direitos e os deveres, exercendo esta prática intensamente.

Ao longo do presente trabalho, procurou-se enquadrar um conjunto de documentos que os repositórios digitais do município de V.N. de Famalicão possuem e que se destacam pelo seu valor documental com interesse para a história da cidadania no concelho. O arquivo digital é elevado à categoria de certificação da importância da intervenção cidadã de um indivíduo na comunidade. O arquivo permite a consolidação da identidade, memória, coesão e da cidadania pela capacidade natural de potenciar os documentos e possibilitar a consciencialização dos seus conteúdos junto da comunidade nos tempos atuais.

Referências bibliográficas

A Questão José de Araújo Carvalho. (1946). *Estrela do Minho*, 51(2625), 1,3.

Alvim, L. (2006a). Contributo para o estudo do Fundo Vasco de Carvalho da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco: os Manifestos de Carvalho Travassos e a Miscelânea. Em *III Conferências do Cenáculo*. Évora: Universidade de Évora. Obtido de <http://hdl.handle.net/10760/9392>

Alvim, L. (2006b). Os Manifestos de Carvalho Travassos. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, III(2), 181–190.

Alvim, L. (2018). Do documento à intervenção cidadã: os panfletos de um cidadão famalicense nos repositórios digitais. Em *Atas do 13º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas, Documentalistas*. Obtido de <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1753>

Carvalho, V. (1945). [Nota manuscrita junto da notícia sobre “José de Araújo Carvalho (Travassos)” no recorte de jornal Notícias de Famalicão de 17 março 1945].

Epílogo da questão dos herdeiros do benemérito José de Araújo Carvalho. (1946). *Estrela do Minho*, 51(2627), 1–2.

Henriques, M. L. (2017). *Património cultural: memória e ensino: o serviço educativo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

José de Araújo Carvalho (Travassos). (1945). *Notícias de Famalicão*, X(485), 2.

Lages, J. M. (1999). Os Emigrantes de V.N. de Famalicão: o seu papel na Confraria de Nossa Senhora do Carmo. Em *Os Brasileiros da emigração* (pp. 47–79). V.N. Famalicão: Câmara Municipal de V.N. Famalicão.

Mattos, F. C., & Vignoli, R. G. (2013). O papel social dos arquivos: observações acerca da importância dos arquivos para a construção da cidadania e para a preservação da memória. Em *II Workshop de Pesquisa em Ciência da Informação*. Obtido de <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/wpci2013/wpci2013/paper/viewFile/163/53>

O Julgamento do benemérito José de Araújo Carvalho. (1946). *Estrela do Minho*, 51(2621), 1–2.

O Santo do Monte. (1945). *Notícias de Famalicão*, X(488), 2,4.

Silva, J. C. (1945). José de Araújo Carvalho: morreu esta figura curiosa e popular de benemérito e de patriota. *Estrela do Minho*, 50(2574), 1–2.

Silva, J. C. (1946). A Personalidade de José de Araújo Carvalho grande benemérito do Louro, foi discutida durante toda a semana no Tribunal da nossa Comarca. *Estrela do Minho*, 51(2624), 1,3,5.

Soromenho- Marques, V. (1996). *A Era da cidadania*. Mem Martins: Publicações Europa América.

Terminou como dissemos o julgamento do caso Carvalho de Travassos. (1946). *Notícias de Famalicão*, XI(538), 4.

Um Benemérito. (1946). *Notícias de Famalicão*, XI(535), 1.

Um Julgamento importante. (1946a). *Notícias de Famalicão*, XI(531), 4.

Um Julgamento importante. (1946b). *Notícias de Famalicão*, XI(537), 1.

Yin, R. (1994). *Case study research: design and methods*. Thousand Oaks: Sage

Publications.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e PT2020, no âmbito do projeto UID/HIS/00057/2019

This work is funded by national funds through the Foundation for Science and Technology and by the European Regional Development Fund (ERDF) through the Competitiveness and Internationalization Operational Program (POCI) and PT2020, under the project UID/HIS/ 00057/2019

ⁱDisponível em: <http://www.arquivoalbertosampaio.org/>

ⁱⁱDisponível em: <http://famalicaopub.bibliopolis.info/OPAC/search/results?p=C41BF6C1-43E0-48C2-B82B-BBA2ADFB6EA7>

ⁱⁱⁱNa freguesia do Louro, entre 1867 e 1881, emigraram 31 indivíduos (in Livro dos Registos dos Pedidos de Passaportes de V.N. de Famalicão, 1867-1895- Governo Civil de Braga /ADB).

^{iv}Disponível: Arquivo Distrital de Braga – Governo Civil de Braga - Registo de Passaportes <http://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1322126&ht=registo%20de%20passaporte%20jos%C3%A9%20ara%C3%BAjo%20carvalho>